DE MANUEL ALBANO AMORA[*]

O passado é um mundo distante e maravilhoso, rico de sugestões e sempre vivo, cujas imagens soem comunicar-se aos peregrinos de outras idades, numa sucessão interminável.

Os acontecimentos pretéritos constituem um legado irrecusável para cada geração que surge, tornada depositária de um patrimônio de cultura e de sensibilidade.

A história, a "mestra da vida", auxiliada pela geografia, que se ocupa do estudo da terra e dos seus habitantes, por outros ramos do conhecimento e com o concurso das belas letras, que tudo aprimoram, é a responsável pela narração sistemática dos sucessos dignos de relêvo.

Assim como amamos a terra da Pátria, diz Coelho Neto, devemos prezar a sua história, que é o celeiro eterno onde se recolhem as colheitas de heroísmo dos que passaram pela vida semeando exemplos. Porque, raciocina, "é na História que a Pátria se concentra e resguarda como na Bíblia vive e perpetua-se a tradição cristã".

No Olimpo grego, Clio, musa da história, era bela, coroada de louros, tendo numa das mãos um rôlo e na outra uma trombeta ou uma cítara.

Os homens de espírito, beneficiários da divina graça, contemplam o painel dos dias findos com avidez e emoção. Para êles, o que é velho é sempre novo, pois contém elementos vitais indestrutíveis, resistentes ao tempo e aos caprichos da natureza. E, além da seiva que o anima, há a oferenda de verdade e beleza a quem possa recebê-la satisfatòriamente, como naquele soneto de Bilac, que condicionou ao dever de amar o direito de *ouvir e de entender estrelas*.

A poesia, que é uma deusa errante, levando a toda parte o seu fulgor e o seu perfume, envolve em manto de seda êsse acervo imenso

---

(*) *Em nome dos dez novos sócios do Instituto, empossados a 25 de agôsto de* 1955.

dos fatos de outrora, à primeira vista destituídos de interêsse e valor, mas, sem dúvida, preciosos.

Existe um sentimento do passado, que se apoia em impressões, emoções e saudade. E há também os seus adoradores, Chateaubriand, Barrès, Albert Samain, Antônio Sardinha, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Eduardo Prado, Afonso Arinos, visionários dos caminhos percorridos pelos cavaleiros e herois antigos.

O consagrado autor de "A Ilusão Americana" enunciou que "desprezar o passado denota no indivíduo depravação intelectual" e que "num povo, êsse sentir demonstra que êsse povo está ainda no estado de infantil selvageria".

A Grã-Bretanha, a ilha invencível de Monk e Churchill, mãe de nações, no consenso mundial, tem sabido, com ânimo varonil, resistir à tirania e ao aniquilamento, até os dias angustiosos do presente, porque os súditos de Sua Majestade o Rei não costumam ignorar as ações brilhantes referidas nas biografias dos seus sábios, escritores, poetas, artistas, estadistas e guerreiros, mas as cercam de uma auréola de respeito e gratidão.

Não foi sem motivo que João Grave, o delicado estilista de "A Eterna Mentira" e "Reflorir", produziu o seu "O Encanto do Passado", uma página de antologia, em que confessou possuir profunda veneração pelo passado e por tudo quanto êle ofereceu ao momento atual, monumentos, mármores, bronzes, madeiras esculpidas, brocados ou pinturas de que a *patine realça* o encanto das côres e das formas.

As lições que encerram os "dias idos e vividos" da sociedade e das pessoas justificam plenamente êsse enlêvo. Sim, porque nem sempre ocorre apenas o amor romântico do passado, de que fala com tanta precisão Gustavo Barroso, mas, unido ao belo o útil, a penetração na cidade sagrada deverá ser feita com o olhar fascinado e o retôrno ao ponto de partida com as mãos cheias dos frutos recolhidos. Para tanto nem será mister o recurso aos postulados de Vico, o italiano eminente que foi o precursor da filosofia da história. A memória das cousas passadas dá conhecimento para as do presente e avisamento das que sam por vir, lembrava Frei João Álvares.

A tradição, memória dos eventos longinquos e veículo que os transmite às gerações posteriores, tem também feição suave, graciosa e romântica. Entretanto, como adverte Antônio Sardinha, *tradição* não é sòmente o Passado. É antes a *permanência no desenvolvimento*. Ora, acrescenta o notável pensador lusitano, "por *tradição* nós temos que entender necessàriamente o conjunto de hábitos e tendências que pro-

curam manter a sociedade no equilíbrio das fôrças que lhe deram origem e pelo respeito das quais continua durando".

O devotamento ao passado, êsse segundo plano do romance da existência, é decorrente de feliz predisposição, que o cérebro aceita sem relutância e o coração recebe com brandura. O aparelho mental, ensina Tomás Pompeu, possui a tela impressionante, delicada, pessoal, na qual se gravam as sensações, transmudáveis em idéias, e que formarão o fundo estável, radical, permanente, do nosso proceder e da nossa crença. Tem razão o grande polígrafo quando afirma que "nascemos poeta, prosador, pintor, escultor" e que "a educação aproveita e aperfeiçoa essas qualidades nativas, mas não as transforma, nem as modifica fundamentalmente".

Os tradicionalistas, enamorados do passado, considerados sonhadores impenitentes, pelos chamados homens práticos, pertencem a duas categorias de criaturas excepcionais. Para os componentes de uma delas, tudo que tiver a marca da ancianidade agrada a vista ou deleita. No *mapa-mundi* das suas afeições mais diletas figuram vários pontos luminosos: a Palestina santa, pátria de Jesus Cristo e cenário dos mais comoventes episódios bíblicos; a encantadora Itália, herdeira de Roma, símbolo da Latinidade, berço do Renascimento, do inimitável São Francisco de Assis e de Fra Angélico, o artista místico que quando reproduzia o doce semblante de Nossa Senhora o fazia de joelhos; a França, guia intelectual da mocidade brasileira em período já remoto; Portugal, a terra mãe da nossa, jardim da Europa, nos versos de Tomás Ribeiro, onde luziu o gênio de Camões e nasceu Santo Antônio, o amorável frade milagroso, um dos mais cultos doutores da Igreja; o Brasil, pátria feérica, na expressão comovida de D. Luís de Orleans e Bragança, o Príncipe Perfeito. E, para os membros da outra classe, o universo está resumido nos limites conhecidos da sua aldeia, vila ou cidade natal.

O amor da pátria, apesar de espontâneo e lógico, constitui um dever de quem no primeiro instante encheu os olhos de luz no seu seio maternal. O amor da comunidade menor que pertence à nação resulta de um impulso nobre, que só elogios suscita. Êste ressalta o valor do localismo, sem o qual, como opinava o filósofo de Monforte, não há nacionalismo nem cidadãos.

O país dispõe, geralmente, de alentado território, de recursos enormes, e é ainda engrandecido pelos esforços dos seus naturais nos tempos correntes e pelos feitos relevantes dos que viveram em dias de antanho. A província, sendo embora uma parte dêsse todo, conta com peculiari-

dades que a tornam acessível e procurada, com simpatia natural e com as paisagens que nunca deixam de enfeitar as regiões rurais.

No interior da província vêem-se campos e árvores, montes e cursos d'água que oferecem espetáculos de perpétuo deslumbramento. A faina agrícola e pastoril, o lavrar o solo e o pastorear o manso boi, celebrado por Carducci, são poemas de trabalho e canções de alegria. O camponês é simples, fiel ao seu rincão e tem a alma mais pura e dadivosa do que o morador dos grandes centros urbanos. Nas povoações, as brancas igrejas congregam a população para as festividades religiosas, as missas conventuais, as novenas dos santos padroeiros, as missões onde todos se irmanam com um só pensamento em Deus. Os costumes, os trajes típicos, as diversões de cunho folclórico representam perenes convites à admiração dos vates de talento, para que os descrevam e louvem com a mesma ternura que o altíssimo e ora esquecido Paulo Setúbal comunicou ao seu "Alma Cabocla".

As cidades de província, quando as não deformam um cosmopolitismo avassalador, como às vezes acontece com as capitais, conservam os caracteres das unidades de que participam. Os arranha-céus, o tráfego intenso, o comércio desenvolvido, o luxo não lhes modificam de maneira completa o ambiente e a feição moral.

Nada mais nacional do que o conjunto de seres e coisas que formam a fisionomia da província. O são regionalismo, aliás, não se opõe às idéias patrióticas. Como não é exclusivista, mas importando, apenas, na aceitação dos valores característicos de uma zona, morais, econômicos e estéticos, equivale a um modo particular de compreensão, afeição e exaltação daquela parte sabidamente destacada do colosso a que são concedidas as prerrogativas de estado. Adolfo Rude assinala que "todo lugar possúi vida histórica própria, posto que cada um deles, ainda que seja o mais afastado e misérrimo está unido aos grandes destinos da nação". A predileção por uma simples localidade escondida na hinterlândia não é infundada ou pueril. E' como se um lindo rosto fôsse o atrativo maior, o inspirador de forte paixão por uma mulher de integral formosura.

O nosso Ceará, província do Nordeste brasileiro, banhada ao norte pelo Atlântico e irrigada intermitentemente pelos rios Jaguaribe, Acaraú, Quixeramobim, Banabuiú e Salgado, dentre outros, e em cujas auroras e ocasos se destacam os contornos da Cordilheira da Ibiapaba e da Chapada do Araripe, sofre o efeito de contrastes, das estações invernosas normais, quando os bosques e capoeiras se engalanam de folhas e flores agrestes e o ar é aromático e caricioso, e dos dias quentes e poeirentos de sêca, que transformam o paraíso em palco de cenas té-

tricas. É o amado inferno, de Júlio Maciel. Litoral, serras e sertão testemunham essas mutações. A flora exibe diferenças em cada uma das regiões mencionadas. A fauna, bastante variada, está representada principalmente pelo gado de várias espécies, importado, nos idos da colônia, do Reino e de suas possessões. O tipo humano mais impressionante é o vaqueiro indômito, vestido de gibão de couro, que expõe à vista sua destreza, nas imensas campinas.

Nesta gleba ardente e sofredora, as ocorrências do século anterior encontram suave ressonância no coração dos seus filhos, como a epopéia de Tristão Gonçalves; a réplica monárquica de Pinto Madeira, destemido partidário de D. Pedro I — o novo Afonso Henriques; o fenômeno José de Alencar, como lhe chamaria Araripe Júnior; o êxodo periódico e o consequênte desvirginamento da fabulosa Amazônia; e o idealismo e o dinamismo dos caudilhos da abolição. São estampas de ouro ilustrando o livro volumoso que enfeixa a crônica cearense.

Fortaleza, construída em frente a êsse mesmo oceano, depois que Mathias Beck, valoroso emissário holandês, edificou um primeiro forte na elevação Marajachoa, é atravessada pelo riacho Pajeú, rodeada por alguns morros e constituída por um xadrez de casas de diversos estilos e aspectos. A propósito desta *urbs* tão bonita e merecedora de afetos não seria excessiva uma frase semelhante à que, com referência a um trecho da Lusitânia, empregou Luís de Almeida Braga, um espírito-fonte daquelas plagas imortais: *"Só porque lhe quero muito me atrevo a falar do Minho"*. As ruas desta metrópole são largas e paralelas. A denominada "parte velha" está superada pelas novas construções, devidas ao progresso constante. Os bairros são alegres e saudáveis. Os subúrbios, Parangaba, Mondubim, Mecejana e Caucaia, têm muitos originalidades e recordam as louçanias da roça. As praias, cobertas de coqueiros, de onde se avistam as frágeis jangadas, comandadas por outro tipo bem significativo da bravura ingênita da raça, o jangadeiro vestido de roupa avermelhado-escura, são lindas e sedutoras. Se nesta cidade o mar é verde, como verde é a vegetação circundante que pode ser contemplada do alto dos raros sobrados seculares e dos prédios modernos, composta não só de cajueiros e mangueiras mas também de abundantes pés de murici, ubaia e mapirunga que vicejam mais ao longe, o céu é de diáfano azul, sobretudo quando esplende o friorento julho. O céu de Fortaleza, tal como aconteceu com o de Minas Gerais a Augusto de Lima, faz sonhar. O seu colorido parece fruir algo de outro, do que torna esplendorosos os céus do Mediterrâneo, e haver sido desenhado pelo pincel de um Murilo.

Nesta querida Fortaleza, em 1887, quando o Brasil, apresentando os

vultos sublimes de D. Pedro II, Saldanha da Gama, o segundo Rio Branco, Joaquim Nabuco, Taunay, Eduardo Prado e Afonso Arinos, grandes pelos dotes físicos, morais e intelectuais, vivia aquela insigne éra imperial a que Oliveira Lima chamou de "idade de ouro", foi fundado o Instituto do Ceará. A presença do Magnânimo Imperador à frente dos negócios pátrios era uma garantia de moralidade e civismo e causa de orgulho para a nacionalidade. A terra cearense passára a ser governada pelo riograndense-do-norte Enéas de Araújo Torreão. A comuna fortalezense vinha sendo administrada pelo comerciante Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira. No meio provinciano, sem sensível adiantamento, já se haviam manifestado os movimentos literários dos Outeiros, da *Academia Francesa* e do Gabinete Cearense de Leitura. E os pontífices máximos da inteligência e da cultura, que tinham os seus nomes escritos nas capas dos livros substanciosos que então se publicavam ou nas colunas dos jornais "Pedro II", "O Cearense", "Constituição", "Gazeta do Norte" e "Libertador", assinavam-se Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa, Oliveira Paiva, Guilherme Studart, Tomás Pompeu, Farias Brito, Rodolfo Teófilo, Juvenal Galeno, João Brígido, João Lopes, Oliveira Sobrinho, Antônio Augusto de Vasconcelos, Pedro de Queirós, Virgílio Brígido, Gil Amora, José de Barcelos, Paulino Nogueira, Perdigão de Oliveira, Virgílio de Morais e Júlio César da Fonseca Filho.

O dia 4 de março daquele ano remoto de 87 nada oferecia de incomum na pequena *cidade do Forte*. Como fatos mais salientes, devem ser relembrados que, à tarde, teve lugar a experiência do novo motor de sessenta cavalos nominais da fábrica de fiação e tecidos pertencentes a Pompeu & Irmão, e que, à noite, caiu uma grande chuva, começada às oito horas, com pequena intensidade, prolongando-se até às onze do dia seguinte e produzindo cento e três milímetros. É o que noticia a austera "Gazeta do Norte", pertencente à facção chefiada pelo Comendador Nogueira Acioli. À data singela foi atribuída notoriedade, por haver sido escolhida para nela ser oficializada a fundação desta agremiação erudita.

Os Institutos Históricos, que Mário Melo conceituou ao dizer que "não são associações meramente particulares, mas grêmios de utilidade nacional, porque são os arquivos e museus onde se guardam as relíquias dos feitos dos nossos antepassados", tiveram a sua origem, na Terra de Santa Cruz, no período agitado da Regência. Em 1838, no Rio de Janeiro, o Marechal Raimundo José da Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa promoveram a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que logo depois recebeu o apôio do Visconde de São Leopoldo e do Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia. É êle o pioneiro

das entidades congêneres, que presentemente são inúmeras, destacando-se as de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Ceará. O modêlo francês não foi esquecido na organização de tôdas, concorrendo para tornar procedente o reparo de Benjamin Mossé, que escreveu, referindo-se também à Academia Nacional de Medicina, Instituto da Ordem dos Advogados e Instituto Politécnico, que, "numa palavra, todos os estabelecimentos que a França possui existem no Brasil".

A sessão de fundação do Instituto cearense realizou-se nos salões da Biblioteca Pública Provincial, que tinha a sua séde no edifício do Teatro Concórdia, situado, conforme João Nogueira informa em "Fortaleza Velha", "na esquina, bem em frente ao canto esquerdo do Rosário". A ela compareceram Paulino Nogueira, Joaquim Catunda, Perdigão de Oliveira, Guilherme Studart, Júlio César, Padre João Augusto da Frota, Antônio Augusto e Antônio Bezerra, os quais no mesmo ensejo receberam as adesões de José Sombra, Virgílio de Morais e Juvenal Galeno. Os presentes foram considerados sócios efetivos. A associação passou então a existir, com os objetivos de fazer conhecidas a história e a geografia da província e propugnar pelo desenvolvimento das letras e das ciências. Em uma terra de duelos quase incessantes entre o homem e o ambiente hostil, a iniciativa exigia aplausos, porque o meio físico era merecedor de estudiosos das suas comoções e o elemento humano de intérpretes da sua atuação de caráter social e político.

Os venerandos fundadores eram figuras de realce da *élite* conterrânea, com atividades na magistratura, no jornalismo, no magistério, nos agrupamentos partidários, na medicina, nas belas letras e no funcionalismo. Uns, já idosos, e outros ainda não entrados na madureza, mostravam vivas inclinações pelos assuntos que constituiam as finalidades do novo grêmio e por tudo quanto fôsse alusivo ao torrão alencarino.

Paulino Nogueira Borges da Fonseca, nobre varão, reto de conduta e respeitadíssimo, obtivera renome na imprensa e no parlamento e usava e pena e o verbo, como competente causídico, chegando depois a ocupar uma poltrona no Tribunal da Relação, de que foi um dos luminares. Cultor do direito e da história, de sua lavra são os excelentes escritos "Presidentes do Ceará", "Execuções de Pena de Morte no Ceará" e "Vocabulário Indígena".

Guilherme Studart, posteriormente agraciado pela Santa Sé Apostólica com o título de Barão de Studart, médico e escritor, dez anos antes se distinguira pela prática da caridade, assistindo desveladamente às vítimas da sêca de 1877-1879 e se entregava, finalmente, aos labores de sua vocação, revolvendo arquivos e publicando os resultados das

pesquisas levadas a efeito. É um dos mais abalisados historiadores do Ceará e do Brasil, pertencendo-lhe a autoria de "Notas Para a História do Ceará", "Datas e Fatos Para a História do Ceará" e "Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense". Chamou-lhe Mário Linhares, com acêrto, de "garimpeiro das nossas minuciosidades geográficas e históricas". Fundador do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, foi de ambos qualificado o Nume Tutelar. Ao Instituto dedicou tôdas as energias, enquanto viveu esplendorosamente, merecendo ser elevado à dignidade de seu Grande Benemérito.

Joaquim Catunda, professor, político e parlamentar de invulgar cultura, que seria após a implantação da república Senador Federal, militava nas fileiras de um partido e já legára aos seus contemporâneos os "Estudos de História do Ceará", obra de base sociológica.

Padre Dr. João Augusto da Frota, profundo matemático e orador sacro, de nome conhecido desde quando lecionára no Liceu do Ceará e ocupára o cargo de Diretor da Instrução Pública, cumpria os encargos do seu ministério espiritual. Dotado de excessiva modéstia, a única página sua que não pôde subtrair à leitura dos coevos foi a poesia "Pacatuba Liberta", saída a lume no dia da emancipação do "segundo município livre do Império".

João Batista Perdigão de Oliveira, trabalhador paciente, exercia funções de responsabilidade em repartições do govêrno e, nas suas horas de folga, andava à procura dos velhos documentos, certo de que o aprêço que lhes dispensava não resultaria em vão. Publicou alguns trabalhos valiosos, como "A Primeira Vila da Província" e "A Imprensa no Ceará".

Antônio Augusto de Vanconcelos, humanista, jurista e fulgurante orador, lecionava em vários estabelecimentos de ensino, no exercício da profissão mais condizente com os seus pendores, ao ser convocado para a tarefa. "Cristo no Juri" e "Adesão do Ceará à Confederação do Equador", duas de suas peças oratórias, serão sempre lidas com embevecimento.

Antônio Bezerra de Menezes, historiador, naturalista, poeta, jornalista, um dos líderes da campanha de libertação dos escravos, assessorava a administração em funções burocráticas, mas não desmentia os atributos primaciais que lhe exornavam a personalidade. Dedicava-se às investigações históricas e científicas. Padrão de valor da Terra da Luz, a sua existência é ensinamento para quem tiver a ventura de aqui nascer. Do elenco dos seus livros sobressaem-se os intitulados "Notas de Viagem", "Algumas Origens do Ceará" e "Horas de Recreio".

Júlio César da Fonseca Filho, panfletário republicano, pontificava

na secretaria da Câmara Municipal e aguardava a queda do regimem de 7 de Setembro. Foi senhor de imensa erudição. Pequena é, contudo, a relação das suas produções, quase que limitada aos "Discursos", pronunciados em várias solenidades.

Juvenal Galeno da Costa e Silva, zeloso bibliotecário público, era o poeta cujas quadras em anos recentes haviam sido recitadas, durante meses, pelos *flaneurs* da rua do Ouvidor, no Município Neutro. Foi êle o introdutor da poesia popular na literatura nacional. Como um minerador afanoso, colheu junto ao povo as pedras preciosas do seu lirismo, que soube lapidar magnìficamente. Cantou ainda em outros gêneros da difícil arte os instantes de dor e de júbilo da terra comum. Em "Prelúdios Poéticos", "Lendas e Canções Populares" e "Lira Cearense" reuniu as suas mimosas gemas.

José Sombra, médico e estudioso da filologia, voltava-se mais para as lides do pensamento do que para a clínica. Cedo a morte o surpreenderia, quando êle era ainda uma radiosa esperança. A tese "Condições Patogênicas das Palpitações do Coração e meios de combatê-las" reflete a sua inteligência de escol.

Virgílio Brígido, poeta, jornalista, professor, fazia do ofício de advogado o seu ganha-pão. Desde a fase acadêmica, em Recife, destacava-se entre os colegas. "Cantos do Amanhecer", "Ligeiras Considerações sôbre as lutas de 1824" e "Traços Biográficos do General Tibúrcio" formam o seu espólio de beletrista.

Virgílio de Morais, preclaro advogado e jurisconsulto, postulava nos tribunais. As atribulações do fôro não impediram a sua honrosa freqüência ao Instituto e à Academia, em cujas poltronas teve assento. São inúmeros os memoriais jurídicos que deixou, sendo os mais aplaudidos "Responsabilidade Civil do Estado" e "Jurisprudência — Juizo Arbitral".

A êsses nomes foram acrescentados, no decorrer dos tempos, os igualmente cintilantes de Tomás Pompeu, Monsenhor Bruno Figueiredo, Rodolfo Teófilo, Soriano de Albuquerque, Antônio Teodorico da Costa, Álvaro Fernandes, José Lino da Justa, Álvaro de Alencar, Padre Rodolfo Ferreira da Cunha, Eusébio de Sousa, Tomás Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho, José da Cunha Sombra, Álvaro Bomílcar, Waldemar Falcão, Leonardo Mota, Soares Bulcão, Martinz de Aguiar, Livino de Carvalho, José Carvalho, Sousa Pinto, Andrade Furtado, Júlia de Vasconcelos, Djacir Menezes, Alba Valdez, José Valdo Ribeiro Ramos, Hugo Vítor, Ábner de Vasconcelos, Clodoaldo Pinto, Joaquim Alves, Dolor Barreira, Demócrito Rocha, Carlos Ribeiro, José Bonifácio de Sousa, Padre Dr. Misael Go-

mes, Francisco Alves de Andrade e Castro, Luís Sucupira, Dias da Rocha, Jósa Magalhães, D. Antônio de Almeida Lustosa, Plácido Aderaldo Castelo, Fernandes Távora, Renato Braga, Raimundo Girão, Antônio Martins Filho, Fran Martins, Florival Seraine, Boanerges Facó e Mozart Soriano Aderaldo.

Os esforços despendidos até agora pelo corpo social e as suas realizações mais dignas de nota, que são divulgadas até no exterior, encontram-se documentados na outrora "Revista Trimestral" e hoje "Revista do Instituto do Ceará". Não há, talvez, com os mesmos fins, publicação mais opulenta nem mais admirável. Nos seus sessenta e seis tomos disputados pelos bibliófilos estão perpetuados extensos e bem elaborados ensaios e artigos, alguns já famosos. Não será exagerada a inclusão neste rol de "Algumas Origens do Ceará", de Antônio Bezerra, "A Primeira Vila da Província", de Perdigão de Oliveira, "Execuções de Penas de Morte", de Paulino Nogueira, "A Fortaleza em 1810", de João Brígido, "D. Bárbara e o Governador Sampaio", de João Nogueira, "Crimes Célebres do Ceará", de José Jucá, "A Defesa Marítima de Fortaleza na Confederação do Equador", de Hugo Vítor, "As Fortificações do Ceará", de Carlos Studart Filho, "A Epopéia de Santa Rosa", de Eusébio de Sousa, "Cirandas Infantis", de Martinz de Aguiar, "Geografia do Ceará", do Barão de Studart, "Notas Para a História das Repúblicas de 1817 e 1824", de Domingos Jaguaribe, "Etimologia de Algumas Palavras Indígenas", de Pompeu Sobrinho, "Alencares de sangue e afins", de João Nogueira Jaguaribe, e "O nome *Ceará*", de Ulisses Penafort.

Em 1941, Tomás Pompeu Sobrinho apresentou um importante plano para a elaboração de uma monumental História do Ceará, dividida em vinte e seis monografias, no mínimo, e de acôrdo com os vigentes métodos científicos. Já saíram das tipografias, com o aplauso da crítica, as que têm como epígrafes — "Pré-História do Ceará", 'Proto-História do Ceará", "História Econômica do Ceará", "História da Literatura Cearense" (três volumes), "História Militar do Ceará" e "História das Sêcas", escritas, respectivamente, por Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão, Dolor Barreira, Eusébio de Sousa e Joaquim Alves.

A organização de um museu — porque os museus oferecem aos visitantes a oportunidade para a interpretação dos fatos reconstituídos e do comportamento dos heróis que neles estão a reclamar atenções, através de pinturas, hermas e pequenas lembranças — foi um projeto posto em execução, nos últimos anos. Presentemente, as coleções do Museu Histórico do Estado a êle se acham incorporadas, bem como as

antropológicas, de alta valia, que pertenceram a Dias da Rocha e Pompeu Sobrinho.

As comemorações de datas expressivas dos calendários brasileiro e cearense são outros préstimos inolvidáveis.

Trabalhar, produzir, realizar — têm sido as constantes do Instituto. Se maior não é a soma de serviços que há prestado, a responsabilidade deve ser atribuida à deficiência de ajuda material, quer por parte dos governantes, quer de particulares. Sessenta e oito anos o credenciam à estima respeitosa dos descendentes de Iracema.

Incumbe ainda, de certo, a esta distinta corporação, suprindo omissões dos poderes públicos, zelar pelo patrimônio histórico e artístico nacional na província. Os atestados do gênio criador e dos feitos das gerações passadas só podem ser caros ao conhecimento dos seus sucessores, parecendo defeso relegá-los ao eterno esquecimento.

A defesa dos bens de valor histórico e artístico vem sendo feita nos principais países civilizados. A clarividência do Govêrno Pontifício, exercido a 28 de abril de 1462 por S. S. Pio II, quando expediu a bula "Cum Alman Urbem", coube iniciá-la. A Áustria, a Suécia, a Noruega, a Grécia e Portugal, êste por decreto de 9 de dezembro de 1898, tomaram iguais providências.

O Brasil despertou para o problema com os projetos legislativos de Augusto de Lima e de Jair Lins, antes de 1930. Em seguida, vários foram os diplomas legais que dêle cogitaram. A Carta Magna de 1934 inscreveu no seu texto um dispositivo referente à matéria, o que repetiram as Constituições Federais de 1937 e 1946, sendo que a vigorante, com maior amplitude, menciona também os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza. Em 1936 foi instituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que recebeu estrutura definitiva pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. O Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, considerou êsse patrimônio "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" e estabeleceu o processo de tombamento, cujas consequências são o reconhecimento das apontadas qualidades e a obrigatoriedade da proteção. A Lei n. 3.866, de 29 de novembro de 1941, melhor disciplinou a espécie. O Código Penal define como crimes o dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico e a alteração de local especialmente protegido. A Lei das Contravenções Penais tornou punível o exercício ilegal do comércio de coisas antigas e obras de arte.

No âmbito inter-provincial, devem ser recordados, em Pernambuco, o ato do Governador Estácio Coimbra, criando a Inspetoria de Monumentos Históricos, e o do Interventor Agamenon Magalhães, expedindo o Decreto n. 371, em complemento à legislação geral, bem como, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, algumas leis no mesmo sentido. No Ceará, o ínclito Arcebispo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa, encareceu na Circular n. 107, de 1º de agôsto de 1952, o carinho dos párocos sertanejos para com a arte sacra, enquanto o romancista João Clímaco Bezerra, no jornal "Unitário", em lúcido editorial, ressaltou a importância das paisagens.

Não é o Ceará milionário em obras de arte, porque o flagelo das estiagens sempre perturbou a evolução da sua agricultura e da sua pecuária e impediu a fixação de adventícios abastados, mas possúi uma arquitetura e paisagens apreciáveis e fastos que o nobilitam. Muito tem, assim, que preservar, para a contemplação dos vindouros.

Nos seus municípios são credores da vigilância altruística da direção do Instituto: as ruinas do Mosteiro dos Jesuítas, a Igreja Matriz, o edifício da Câmara Municipal e a casa de residência do Ouvidor, em Aquirás; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a Casa da Câmara e Cadeia, o sobrado à rua Liberato Barroso 46-48 e o sobrado do Barão de Aracati, em Aracati; os sobrados à rua Grande n. 97 e os s/ns. com mirante, com sótão e com beiral de beira-ceveira, a casa térrea por trás do sobrado com mirante, a Casa da Câmara e Cadeia, o Teatro, a Casa da Pólvora, as Igrejas da Conceição do Monte, de Nossa Senhora de Expectação e do Rosário, no Icó; as Igrejas de Almofala e da Conceição, em Acaraú; a casa da família de José Artur Montenegro, em Uruburetama; o sobrado do Coronel Sombra, em Maranguape; o edifício da Câmara Municipal, em Itapipoca; a Catedral, as Igrejas do Rosário e da Conceição da Caiçara, as capelas de Santo Antônio, de Nossa Senhora das Dores e do Menino Deus, o sobrado do Senador Paula Pessoa, o edifício do Colégio Santana e o Museu Diocesano, em Sobral; a casa do Senador Pompeu, em Santa Quitéria; o pelourinho e o edifício da Escola Apostólica, em Baturité; a casa-grande do Sítio Serrinha da Glória, em que nasceu Franklin Távora, em Pacoti; a Igrejinha de Santa Rosa, o túmulo de Tristão Gonçalves e o monumento aos revolucionários de 1824, em Frade; a Basílica de São Francisco, em Canindé; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, a casa patriarcal da Fazenda Umbuzeiro, a casa da Fazenda Monte Carmo e o mausoléu da Viscondêssa do Icó, em Saboeiro; a Igreja Matriz e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Quixeramobim; a casa de Moura Brasil, em Iracema; a Igreja Matriz, o edifício do Seminário Diocesano

e o que resta das casas de caridade do Padre Ibiapina, no Crato; a Igreja de Nossa Senhora das Dores, a casa do Padre Cícero e o prédio onde em 1914 esteve reunida a Assembléia dissidente, em Juazeiro do Norte; a capela de Itaguá, que abriga a sepultura de D. Bárbara de Alencar, em Campos Sales; as ruínas da casa de Leonel Pereira de Alencar e a casa do Vigário Antônio Manuel de Sousa, em Jardim; a casa patriarcal de Antônio Honorato da Silva Limoeiro, na fazenda "Barra Nova", em Mombaça.

Na capital fazem jus a idêntico tratamento: — pelo valor histórico — o Palácio do Govêrno; a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção; a Igreja do Rosário; o Quartel General e a masmorra onde presumìvelmente gemeu D. Bárbara; o Palácio Arquiepiscopal; as Igrejas de Nossa Senhora do Outeiro da Praínha, de São Benedito, de São Bernardo e de Nossa Senhora do Patrocínio; as Igrejas Matrizes de Parangaba e Mecejana; a imagem de Nossa Senhora da Assunção existente em sua capela no Quartel General; a cripta de D. Manuel da Silva Gomes, 1º Arcebispo de Fortaleza; o Museu Histórico; o Arquivo Público; a hemeroteca da Biblioteca Pública; as casas de José de Alencar, Barão de Studart, Tomás Pompeu, Antônio Augusto de Vasconcelos, Alberto Nepomuceno, Rodolfo Teófilo e Juvenal Galeno; as galerias de retratos do Palácio do Govêrno, Tribunal de Justiça, Prefeitura Municipal, Arcebispado, Secretaria de Polícia, Santa Casa de Misericórdia, Faculdade de Direito, Liceu do Ceará, Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Associação Comercial, Beneficente Portuguesa 2 de Fevereiro e Polícia Militar; o quadro "Fortaleza Liberta", de Irineu de Sousa; e — pelo valor artístico — os edifícios do Teatro José de Alencar, Assembléia Legislativa, Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité, Alfândega, Delegacia Fiscal, Secretaria da Fazenda e Escola Jesus Maria José; as Igrejas do Pequeno-Grande, Coração de Jesus e Cristo-Rei; o farol do Mucuripe; o Passeio Público; a Cidade da Criança; o Palácio do Comércio; os palacetes Ceará, José Gentil e Plácido de Carvalho; o conjunto do Náutico Atlético Cearense; o monumento a Cristo-Redentor; as estátuas de D. Pedro II, José de Alencar, General Tibúrcio e General Sampaio; o quadro "A Jangada Libertadora", de Raimundo Cela.

As paisagens, suscetivas de preservação, não são sòmente as lembradas por Antônio Bezerra e citadas por Abelardo Montenegro em "O Romance Cearense", isto é, "a beleza da cidade de Jardim, serras do Araripe e da Ibiapaba", mas também as que abrangem o frade de pedra de Itapagé, a bica do Ipu, o boqueirão de Lavras da Mangabeira, a gruta de Ubajara, a praia de Paracuru, os picos de Itapipoca, as dunas

de Iguape, a ponta do Mucuripe, a barra do Ceará e inúmeros rios e montanhas.

Outro encargo, não previsto em disposições estatuárias mas imposto pelas circunstâncias, será o de pleitear uma revisão na nomenclatura das ruas e praças desta "Princeza do Norte". Em tal assunto, erros imperdoáveis são cometidos, desde quando, por influência norte-americana, foram dados números aos ditos logradouros, até o presente momento, em que predominam os nomes de pessoas, com prejuízo dos tradicionais. Desapareceram, lamentàvelmente, as simpáticas denominações de ruas Formosa, dos Mercadores, das Trincheiras, das Flores, da Boa Vista, do Quartel, do Chafariz, de São Bernardo, da Palma, do Fogo, da Concórdia, do Lago, da Glória, da Praia, da Cruz, do Sol, da Soledade, da Assembléia, da Alfândega, do Seminário, da Alegria, do Livramento, do Cajueiro, do Guagiru, Amélia, Municipal, da Misericórdia, da Bomba, do Paço, das Hortas, da Trindade, da Conceição, do Trilho de Ferro, do Pajeú, do Patrocínio e praças do Conselho, de Palácio, da Estação e da Misericórdia. Eram elas simples e poéticas e haviam sido adotadas, quase tôdas, com a mesma naturalidade com que nascem as plantas nos terrenos devolutos. Não olvidadas inteiramente, pois as páginas dos cronistas as assinalam, o estudo da sua restauração, com critério seletivo e que tome em consideração o que o uso prolongado sancionou, será medida aconselhável, e fundamentada, aliás, em salutar precedente do veterano Instituto Arqueológico Pernambucano, relativo ao Recife.

Mas, uma academia de história nascida da iniciativa do Barão de Studart e de Paulino Nogueira, de que Tomás Pompeu foi presidente, que jamais esmoreceu no desempenho da sua missão, que é atualmente presidida por Tomás Pompeu Sobrinho, o mais sábio cearense da hora que passa, e de que fazem parte D. Antônio de Almeida Lustosa, o Rei Gustavo Adolfo da Suécia e Afonso d'Escragnolle Taunay, três personalidades inconfundíveis, deve ser considerada gloriosa. Que é a glória, celebridade, reputação, honra, ornamento, esplendor? Cícero disse ser uma brilhante e mui extensa fama que o homem adquire por ter feito muitos e grandes serviços, ou aos particulares, ou à sua pátria, ou a todo o gênero humano. Indubitàvelmente, o conceito se aplica também às pessoas intelectuais ou coletivas.

Na Praça da Sé, no sítio em que foram colocados os alicerces da ermida primitiva, nas proximidades dos extintos Paço dos Governadores e Paço do Conselho e dentro das quatro paredes em que funcionou a Tesouraria Provincial, está instalado o prestante sodalício.

Debaixo do seu tecto augusto fácil será o entendimento dos versos

de Henry Bataille, traduzidos para o vernáculo, com engenho lapidar, por Guilherme de Almeida:

"O PASSADO

Êle é um segundo coração que bate em nós...
Surdamente, na cave, ouve-se a sua voz
Num rítmo igual ao do primeiro coração.
A gente ignora onde êle esteja: ouve o bater
E vir, num eco imenso, numa ondulação,
Alimentar o fundo e o nível do seu ser.
Bate. Quando o silêncio é mais forte, eis que vem
Aquela pulsação misteriosa e nos chama
Sempre... e quando se sonha êle bate também,
Quando se sofre, bate... e bate quando se ama.
É uma continuação da nossa própria vida...
Mas, quando a gente tenta alcançá-lo com a mão,
Onde esteja a cadência ou a fonte escondida
Do seu eflúvio... Nada! Inútil! Ilusão!
Êle escapa entre os dedos... Vai-se. Foge, Voa...
Ninguém nunca o tocou... E a gente se contenta
Só com o poder sentir-lhe a pulsação violenta
Nas tardes cheias de alma em que a sua voz ressoa".

Junto ao seu pórtico majestoso parecem vibrar, harmoniosamente, as rimas perfeitas que Antônio Sales dedicou à sua "grande Mãe de areia e argila":

"Oh, Minha Terra
Que és bela como quer que te apresentes
— Praia, sertão, planície, vale ou serra —
A despeito dos fados inclementes,
Com teus tão puros ares,
Com teus céus tão formosos,
Com teus vírides mares,
Com teus bosques umbrosos,
Com teus filhos, ousados, diligentes,
Com tuas filhas belas, corajosas,
Honestas e fecundas,
Gente estoica, medrada aos sois ardentes,

Almas cheias de arrojos e ternuras,
Destemidas, jocundas,
E no crisol da dor feitas mais puras,
— Cardos que o amor faz rebentar em rosas".

No mês de junho, em movimentada reunião, decidiu o Instituto ampliar os seus quadros e, em seguida, elegeu para socios os srs. João Batista Saraiva Leão, Hugo Catunda, Paulo Bonavides, Amorim Sobreira, Denizard Macedo, Braga Montenegro, José Aurélio Câmara, Luís de Barros, Ismael Pordeus e o humilde orador, que é o mensageiro dos recipiendários nesta solenidade de posse. Em outro gesto generoso, enviou para saudar-nos o estéta de "A Princeza Vestida de Raile" e reputado historiador Raimundo Girão, leal servidor das letras, a quem o futuro consagrará como um dos expoentes do seu tempo.

As palavras de saudação proferidas há poucos minutos pelo representante deste Cenáculo são tão gentis como quem delas se fez portador. Como rosas suaves e odorantes elas adornam e perfumam esta noite triunfal.

Os novos colaboradores na tarefa gigantesca da mais provecta e autorizada entidade de cultura geral e especializada desta Florença americana somos cônscios das responsabilidades que prèviamente repousam sôbre os nossos ombos e das canseiras que nos aguardam. Nada nos desviará da nossa meta. Como moços, e atendendo a que os que menos o sejam entre nós conservam o vigor da juventude, parece-nos acertada a observação do freqüentemente invocado ensaísta de "Teoria das Côrtes Gerais", ao afirmar competir aos moços "o encargo piedoso de descer a pátria da cruz".

Não desejamos outros galardões além dos que acabámos de receber. A um médico proeminente, quatro professôres de nomeada, um ficcionista festejado, um oficial superior do Exército, um intérprete do Segundo Reinado, um devorador de arquivos e um obscuro Promotor de Justiça bastar-nos-á, para íntima satisfação, a elevada magistratura intelectual que nos foi conferida.

Nas lutas que iremos travar, a nossa orientação será mais de analistas do que de contemplativos do que passou. A magna emprêsa nos impõe esta resolução, porque as alegorias e os entusiasmos esteréis devem ceder lugar ao senso crítico.

O interêsse pela geografia também despertará no nosso grupo, de acôrdo com judicioso alvitre de Carlos Studart Filho, o sobrinho e continuador do Patrono do Instituto. Os Studarts e os Pompeus, ainda neste setor, necessitam de discípulos.

O êxtase, provocado pelo nosso ingresso neste recinto, conduz-nos aos domínios da fantasia. Cremos que estamos, os recém-chegados, caminhando em uma longa estrada, tapetada de pedras faiscantes e alcatifada de lírios e de cravos. No ponto terminal, em um outeiro, há uma morada aristocrática, um castelo ou alcaçar encantador, com colunas e frisos expostos ao sol e à chuva. O seu ocupante é um velhinho baixo, míope, corado, de olhos azuis, de bigode e cabelos brancos, andar lento e trôpego, trajando a rigor, com fraque preto e cartola, como um autêntico inglês da éra vitoriana. É um super-homem, o nosso ídolo. Êle nos acolhe com um sorriso franco e um abraço afetuoso, verdadeiramente paternais. Não iremos a outras paragens, porque já o encontrámos. Somos afortunados.

Dos nossos lábios não partem exclamações em seu louvor, pois o silêncio se impõe, para que as nossas almas se inundem de música, uma música misteriosa que nos envolve no encontro com o Mestre excelso e onipresente. Curvamo-nos diante dele. Enternecidamente, e com júbilo e espanto, o admiramos.

A vaidade nos assalta. Não a vaidade vã que, descaridosamente, reside no peito de gente insensata e má, porém a que procede do justo contentamento de, doravante, pertencermos à côrte espiritual do Príncipe e Pai da nossa história.

Na Casa do Barão de Studart apenas desejamos honrar o nome do Barão de Studart. Que, no nosso afã, Deus nos oriente, anime, console e abençôe!

Com essas idéias e propósitos, transpomos agora, genuflexos, os sagrados umbrais dêste grande templo cívico do Ceará.